



Desde 2014, o HU tem sido sistematicamente atacado e desmontado pela reitoria da USP, primeiro sob comando do Zago e em seguida do atual reitor Vahan.

Houve a tentativa de desvinculação do hospital, o que significaria entregar para fundações privadas o gerenciamento do HU. Depois o PIDV, que fechou 249 postos de trabalho só no HU, que em conjunto com o congelamento de contratações levou a cerca de 300 postos de trabalho fechados no hospital em vários setores. Fechou-se com isso mais de 50 leitos. A reitoria também fechou os prontos-socorros infantil e adulto, mantendo o HU referenciado.

Essas políticas de desmonte do hospital agora cobram seu preço, limitando a capacidade do hospital em atender a demanda que surgirá com a pandemia do coronavírus.

Trabalhadores do HU não podem pagar o preço do descaso dos reitores e governos

O primeiro caso de corona vírus na USP se deu em final de fevereiro e de lá até aqui a reitoria não tomou nenhuma medida para assegurar a segurança dos profissionais da saúde e limpeza do hospital, que estão na linha de frente para salvar vidas da população.

O reitor Vahan fala, cinicamente, que a USP tem que ter responsabilidade com a sociedade nesse momento. Pois bem, a maior demonstração dessa responsabilidade é garantir já as condições para que o HU seja um suporte importante no atendimento aos casos de coronavírus, garantindo ao mesmo tempo a segurança dos trabalhadores do hospital, efetivos e terceirizados.

Para isso, a reitoria, a superintendência do HU, nas mãos do Paulo Margarido, e o Comitê de Crise do HU devem agir com celeridade para garantir as seguintes medidas emergenciais:

1) Liberação imediata dos trabalhadores que têm 60 anos ou mais; dos que possuem alguma comorbidade que pode agravar o quadro de saúde em caso de contágio; das mães e pais de menores e aqueles que moram com idosos.

O grau de contágio dos profissionais de saúde é enorme, e manter os grupos de risco trabalhando é jogar nas costas desses trabalhadores um peso que eles não têm carregar! Só para se ter uma ideia, dentre as 22 primeiras mortes de São Paulo, 2 são de profissionais da saúde. Na Itália a situação desses profissionais também é dramática.

2) Contratação emergencial já!

A reitoria já deveria ter lançado mão de edital de contratação emergencial para todas as áreas do HU: Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, nutrição, administrativos, manutenção e limpeza. Isso é para garantir a abertura de todos os leitos do HU e o funcionamento do hospital em sua plena capacidade, além de combater a sobrecarga de trabalho e a exposição ao vírus. É algo urgente!

3 - Treinamento sobre as formas de prevenção ao contágio e garantia de EPIs para todos os funcionários do hospital de acordo com a atividade que realizam!

Tivemos denúncias de falta ou racionamento de álcool gel, máscaras, ou seja, equipamentos básicos de segurança

para resguardar a saúde dos trabalhadores do hospital.

4 - Disponibilização de testes para todos que queiram do HU, da população e comunidade da USP para conter o contágio.

Todos os trabalhadores do HU que queiram devem ter acesso aos testes, para evitar contágio de suas famílias, colegas de trabalho e pacientes.

É oportuno lembrar também a demanda histórica dos trabalhadores da saúde de redução da **jornada de trabalho para 30 horas**, devido às condições que a profissão exige de trabalhar sob estresse emocional e físico, além do **adicional de insalubridade para todos** os trabalhadores do hospital, pois estão sujeitos a maior risco de contágios dado o ambiente insalubre.

Saúde no Brasil: sucateamento do SUS vai gerar o caos nessa pandemia! Construir leitos e contratação emergencial já para todo o sistema de saúde!

Em 11 anos, desde a pandemia de H1N1, o Brasil perdeu cerca de 34,5 mil leitos de internação. Esse número é referente ao SUS, que perdeu quase 50 mil espaços de atendimento nesse período. Já a iniciativa privada aumentou o número de leitos em 14 mil no mesmo período. Ou seja, a saúde se tornou uma mercadoria lucrativa nas mãos dos convênios médicos, incentivada pelos governos. Quem pode pagar vive, quem não pode fica a mercê de políticas públicas insuficientes que custam a vida de milhares todos os anos. Nessa roleta russa da saúde, morrem os mais pobres e precarizados.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) são precisos **NO MÍNIMO 3 leitos de UTI para cada 10 mil habitantes.** O Brasil tem 1 leito para cada 10 mil, e ainda concentrado na região Sudeste. A estimativa é de que, a cada

100 pessoas infectadas pelo coronavírus, cerca de cinco precisem de internação em tratamento intensivo. Antes do início da epidemia, a taxa de ocupação das UTIs já era de 95%. Nessa matemática da morte, fica evidente o resultado de anos de políticas governamentais neoliberais que tratam a saúde e a vida como mercadorias.

Para enfrentarmos essa situação de pandemia, é urgente algumas medidas:

1 – Contratação emergencial e imediata de profissionais de saúde em todo o país! Liberação imediata dos grupos de risco!

2 – Construção emergencial de leitos de UTI necessários para atender a demanda com a pandemia!

3 – Garantia de EPIs, treinamento e pagamento de insalubridade para todos os profissionais de saúde

4 – Estatização do todo o sistema privado de saúde para atender o conjunto da população, e reabertura de hospitais fechados, como o Sorocabano em São

Paulo!

5 - Revogação da Lei do Teto dos Gastos (EC 95)

Os trabalhadores não podem pagar pela pandemia! É preciso um plano de emergência para salvar os trabalhadores, não os empresários!



Bolsonaro já se referiu a crise do Coronavírus como fantasia e histeria. Mas no mundo inteiro a pandemia se alastra, com milhares de mortos todos os dias.

Enquanto o governo ignora todas as recomendações de especialistas para intensificar as políticas de isolamento social, aproveita da crise para atacar ainda mais os direitos dos trabalhadores. As duas principais medidas de Bolsonaro até agora foram permitir a redução dos salários e garantir que os patrões possam descontar eventuais dias de dispensa das férias dos trabalhadores ou mesmo cobrar as horas em banco de horas. E ainda passa por cima das convenções coletivas. Ao mesmo tempo em que pretende injetar bilhões para grandes empresas.

No caso dos trabalhadores informais e desempregados, a proposta é uma miséria de auxílio de 200 reais por mês, uma vergonha! Isso faz com que as milhões de pessoas nessas condições tenham que escolher entre a saúde e o salário que sustenta a família. Esse trabalhador, se adoecer, terá acesso a saúde? A população das periferias como ficam? E as milhares de pessoas em situação de rua?

Essa crise mostra que embora a doença atinja ricos e pobres, quem mais vai sofrer os impactos seremos os trabalhadores! Por isso é necessário um plano de emergência para enfrentar a pandemia, com alguns desses pontos:

- 1) Direito à quarentena para todos os trabalhadores, com exceção das áreas essenciais, como saúde, distribuição e produção de alimentos e insumos hospitalares, parte do transporte e afins. E mesmo no caso dos serviços essenciais, liberar para a quarentena os grupos de risco
- 2) Estabilidade no emprego e garantia de salários e benefícios integrais
- 3) Auxílio emergencial para trabalhadores informais e desempregados com valores dignos, da média salarial dos trabalhadores do país

Além dessas medidas, é preciso, em conjunto com os movimentos de moradia e de atuação nas favelas e periferias, construir um plano urgente para as necessidades dos milhões de trabalhadores dessas localidades, pois mesmo a quarentena, para essas famílias, fica dificultada pelas péssimas condições de moradia e de saneamento.

Essas medidas são algumas propostas de um plano de emergência mínimo, que pressupõe superar a PEC do teto de gastos, bem como suspender de imediato o pagamento da fraudulenta dívida pública.

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Parado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP CEP: 05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br